

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PRESIDENTE

DEPUTADO MAURO BRAGATO - PSDB

10/11/2015

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO.**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****10/11/2015**

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com a finalidade de realizar audiência pública para debater o PL 1404/2015 que altera a Lei 6.374 de 1989, que institui o ICMS.

Aberta a nossa audiência, ou melhor dizendo, a nossa reunião, eu gostaria de agradecer em nome da nossa Comissão, da Assembleia Legislativa, a presença de todos e hoje dizer que nós recebemos aqui além de todas as entidades que serão nominadas nós estamos recebendo o secretário da Fazenda, dr. Renato Villela, e se espera no dia de hoje um bom debate.

Todos terão o direito à palavra, os que forem inscritos, os deputados e os representantes de todas as entidades, e se espera que a partir daqui a gente possa, efetivamente, avançar nesse trabalho que é importante aqui, para a Assembleia Legislativa e para o estado de São Paulo, que é efetivamente debater aquilo que interessa à comunidade.

Eu vou passar a palavra para o secretário da Fazenda, dr. Renato Villela, que terá cinco minutos, a gente pode inclusive estender um pouquinho, posteriormente nós passaremos aos deputados e a partir daí os representantes previamente inscritos.

Nós temos 13 entidades inscritas e gostaríamos que todos tivessem atenção à fala, às falas que vão ser feitas aqui, porque o objetivo dessa audiência é aprofundar esse debate do Projeto de Lei enviado pelo governador a esta casa, que é um projeto bastante importante.

Com a palavra o senhor, secretário. (Quem está inscrito?) Senhor secretário, com a palavra.

O SR. RENATO VILLELA – Muito obrigado, deputado Mauro Bragato.

Boa tarde a todos, boa tarde senhores deputados e deputadas que vêm a essa reunião.

É um prazer e uma honra estar aqui e ter a oportunidade de discutir com os senhores e explicar os motivos do estado para o envio desse Projeto de Lei, e ouvir e responder eventuais dúvidas que os senhores possam vir a ter.

Eu vou historiar muito rapidamente o que aconteceu do ponto de vista de Finanças Públicas do estado ao longo dos últimos meses, não é desconhecimento... Ninguém desconhece o impacto da forte situação econômica sobre a arrecadação dos entes públicos, não só do governo do estado, mas principalmente da União, e também de outros estados que nos cercam.

No caso específico de São Paulo, só para os senhores terem uma ideia, até o momento, até o final de outubro, a receita de ICMS decorrente da queda de atividade econômica, ela caiu, em termos reais, 9,3%, o que é um número extremamente elevado.

É muito difícil, não há paralelo na história recente do país, tamanha as quedas reais de arrecadação, quer dizer, os senhores imaginem uma redução de 10% no orçamento do estado e o que significa do ponto de vista de capacidade de financiamento de políticas públicas.

Essa queda imagina-se que vá se agravar, principalmente entrando bastante pelo ano de 2016, se acumulando em relação àquilo que nós já sofremos esse ano.

Desde o início do ano, quando ficou claro que a recessão econômica e o nível de atividade e o impacto sobre a arrecadação real ia ter uma trajetória similar a essa que nós estamos verificando, o governo do estado, o governador Alckmin, se apressou em fazer ajustes do lado do gasto público.

Os senhores hão de lembrar que no dia 02 de janeiro saiu um decreto de contingenciamento do orçamento. Foi contingenciado aproximadamente R\$ 7 bilhões de gastos públicos, despesas principalmente de custeio, um pouco nos investimento não prioritários, mas principalmente no custeio, concomitantemente saiu uma queda adicional de 10% no custeio, também por decreto, e uma redução de 15% nos cargos em comissão.

Tais medidas vêm sendo implantadas e essas medidas foram destinadas a dar conta já da redução de despesas que se previa a partir do aprofundamento da crise econômica.

A expectativa então, no início do ano, e não era só nossa, era partilhada pela grande maioria dos analistas e o próprio governo federal a expectativa era de que no final, a partir do segundo semestre de 2015, houvesse retenção na crise econômica, etc.

Também os senhores todos acompanharam as dificuldades, a impossibilidade do governo federal aprovar medidas de ajustes no Congresso Nacional, dificuldades essas que fizeram com que, do ponto de vista das expectativas dos agentes econômicos, houvesse uma piora significativa no quadro recessivo, daí esse desempenho extremamente preocupante da nossa arrecadação, particularmente da arrecadação do ICMS.

Medidas adicionais de corte de gastos, é bom lembrar que o governador Alckmin, em momento algum, reajustou salários ao longo desse ano, mesmo enfrentando pressões de forma significativa de algumas categorias, manteve-se firme na manutenção do gasto com o pessoal e esgotou-se, pelo menos ao longo desse ano, esgotou-se possibilidades de cortes adicionais de gasto.

Quer dizer, eu queria deixar bem claro, queria frisar de maneira muito enfática para os senhores, que até o presente momento todas as pressões de natureza fiscal foram enfrentadas, foram combatidas através de redução de custeio, através de contenção de despesas de pessoal, através de medidas de melhoria da eficiência, melhoria na condução ou na execução das políticas econômicas.

Evidentemente tais medidas têm uma limitação, principalmente em curto prazo, sem outras alterações legais ou até mesmo do ponto de vista constitucional, então chegou-se ao momento que para que possamos ter um ano de 2016 minimamente financiado, não tivemos outra escolha senão propor a essa Casa aumento de tributos, particularmente do ICMS, aliás, aumento do ICMS em dois produtos principais.

E gostaria de lembrar também que nós procuramos focar tais aumentos em produtos que têm pouco impacto na atividade econômica em geral.

Eu gostaria de lembrar aos senhores que nos últimos dois meses a grande maioria dos estados brasileiros enviou às respectivas Assembleias Legislativas, Projetos de Lei muito semelhantes a esse, só que principalmente incididos em energia elétrica, combustíveis, alguns casos telecomunicação, vários outros bens, bens esses que têm um impacto muito negativo, do ponto de vista da atividade econômica, pois encarecem toda a cadeia produtiva.

São Paulo se destaca no cenário nacional por ser comedido na sua tributação e por ter bastante cuidado com os impactos que uma mudança legislativa, ou mudanças tributárias, podem trazer na neutralidade nas atividades econômicas, na neutralidade fiscal, então a nossa preocupação foi tentar concentrar o nosso aumento de alíquotas em produtos finais, produto final de cerveja, produto final de fundo e seus derivados.

Ao mesmo tempo foram anunciados, estão em elaboração, redução de carga tributária nos setores de medicamentos, medicamentos genéricos, na área alimentar, particularmente feijão/arroz, e um insumo importante na construção civil, principalmente construção civil de baixa renda, que é a areia.

Então temos a certeza de que, primeiro lugar procuramos focalizar em setores com um impacto extremamente moderado na matriz de produção do estado, fizemos medidas compensatórias, do ponto de vista da carga tributária geral, voltadas particularmente pra redução do custo de vida das camadas menos favorecidas, desonerando produtos de uso disseminado pelas classes de menor renda, limitando, portanto, o nosso aumento de receita.

Nós teremos um aumento líquido de algo em torno de R\$ 2,5 bilhões, o que significa que um R\$ 600 milhões, uns 600 e poucos milhões, serão repartidos também entre os municípios do estado, é algo que acho que todos devemos levar em consideração, que os municípios estão tendo impacto na crise econômica muito mais severos do que os estados em geral no país, e que em São Paulo não está sendo diferente.

Por todas as conversas que nós vimos tendo com todos os representantes municipais aqui, no estado de São Paulo, nós estamos verificando que o impacto da crise sobre finanças municipais, até por conta da característica dos tributos que são lá cobrados, tributos diretos, o importo IPTU, se você tem uma renda baixa, você em geral tende a não ter recurso pra pagar o imposto sobre propriedade, e outros serviços sofrendo com a crise.

E quando a transferência do ICMS cai também na mesma proporção que cai o ICMS do estado, isso faz com que o efeito sobre as finanças dos municípios de médio e pequeno porte sejam devastadores, então o que eu gostaria de lembrar também é que, ao optarmos por elevar o ICMS, nós optamos em fazer uma elevação no tributo que é redistribuído, que é distribuído com os municípios, nós não estamos preocupados só com a situação fiscal do governo estadual, nós estamos preocupados também com a situação fiscal dos municípios deste estado.

Poderíamos ter feito aumento de impostos diretos que não são distribuídos, não foi o que fizemos, a nossa preocupação foi com o imposto que é $\frac{1}{4}$ do imposto, 25% da sua receita é repartida entre os municípios, então nós estamos falando aqui da saúde financeira, não só do estado, mas também dos municípios de São Paulo.

E que não custa lembrar que são entes da federação, os entes que são responsáveis pelas prestações de serviços públicos destinados à população de baixa renda, na área da educação, na área da saúde, tanto estado e municípios, são os entes que são responsáveis pela provisão desse serviço para a população de baixa renda.

Então é importante, e são serviços que são vinculados à arrecadação tributária, então é importante que nós mantenhamos a arrecadação tributária num nível razoável, num nível que seja suficiente para que nós mantenhamos a quantidade e a qualidade da oferta de serviços públicos.

Essa é a justificativa, essa é a motivação do estado a levar, a trazer para esta Casa um Projeto de Lei em que propõe, apenas e tão somente, a majoração das alíquotas de dois produtos, produtos esses que ainda que tenham impacto sobre... Têm cadeias relativamente longas, eles têm muito pouco impactos, quase nenhum impacto, sobre o resto da economia.

Cerveja e cigarro não são insumos de nenhuma indústria. Cerveja e cigarros, eles são produtos que a cadeia produtiva se encerra nela mesma, então nós não estamos falando de trazer dificuldades para nenhum outro setor que não seja esses específicos.

E eu tenho, nós temos várias indicações a partir das bases de dados da Fazenda, a partir das bases de dados das notas fiscais, das notas fiscais eletrônicas, onde nós temos gravados em nossas bases de informação, onde nós temos em nossos computadores as informações relevantes para o cálculo dos impactos dessas mudanças.

E a nossa convicção é de que esses são os setores, esses são os produtos que nós podemos trazer uma majoração minimizando o impacto sobre a estrutura produtiva, sobre a estrutura de emprego do estado de São Paulo.

Eu acho que eu até ultrapassei o meu tempo, deputado, perdão, eu estou fazendo a discussão para essas coisas.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok.

O SR. RENATO VILLELA – Que acho que era necessário.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Agradecer ao secretário pela exposição. Vamos passar a palavra agora para os deputados, está inscrito o deputado...

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu peço desculpas, eu estava presidindo Comissão de Transporte. É... Ver se não existe um plenário maior, tem muita gente lá fora e um profundo desconforto. É difícil esta Casa estar prestigiada para debater um assunto tão importante.

Tem o plenário Franco Montoro, o Kobayashi, porque assim, não existe lugar sequer para nós, deputados, eu quero usar a palavra, tive que interpelar aqui dessa forma e eu acho que é um desrespeito não atender as pessoas que vieram à Assembleia, gostemos do assunto, favoráveis ou contrários, então eu gostaria de sugerir a Vossa Excelência, imediatamente consultar e a gente fazer isso num lugar mais adequado.

O SR. – Pela ordem, senhor presidente. Eu faço as minhas palavras as palavras do deputado Orlando.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok.

O SR. – Realmente, nós estamos aqui em uma situação que estamos querendo participar...

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok.

O SR. – A cadeia querendo participar e não pode.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – O presidente do sindicato (Ininteligível.) do ABC...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Está aqui fora...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Quem está pedindo?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Eu.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB - Deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA – DEM – Só para lembrar que, quando o senhor começou, não tinha esse tumulto ainda, após a fala do secretário o senhor já havia sinalizado que...

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Na verdade vamos colocar claro aqui, nós já realizamos muitas reuniões aqui...

O SR. – Bastou Cezinha...

O SR, PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – (Ininteligível.)

O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB – Pela ordem. Não tem nenhum tumulto, nós queremos conforto pra população e pra gente também.

O SR. – PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Está certo, deputado. Nós podemos...

A AUDIÊNCIA – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Pessoal...

A AUDIÊNCIA – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – A ideia de fazer a reunião...

A AUDIÊNCIA – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – A ideia de fazer audiência pública tem como objetivo debater o Projeto, correto? Agora, nós já fizemos

audiências com um público desse tipo, correto? Nós não sabíamos que tinha gente, que existiam pessoas lá fora.

Nós vamos tomar providências para o plenário Franco Montoro, enquanto isso nós vamos transferir para o plenário Franco Montoro, e enquanto isso nós vamos ouvir os senhores deputados que queiram começar a fala.

Sugeriria à assessoria da Comissão que o pessoal que esteja fora que se dirijam ao plenário Franco Montoro.

O SR. ESTEVAM GALVÃO – DEM – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Deputado Estevam Galvão, com a palavra.

O SR. ESTEVAM GALVÃO – DEM – Senhor presidente, eu não me inscrevi não, mas enquanto nós estamos nesse processo de eventualmente mudança, eu gostaria de fazer o uso da palavra pelo menos por uns dois ou três minutos para falar.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Mas nós temos pessoas inscritas, deputado Orlando, Vossa Excelência não esteve aqui desde o início.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu estava presidindo a Comissão de Transportes.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok, deputado.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – E eu falei para Vossa Excelência, quando marcou essa audiência pública eu falei “Não cabe naquele plenário.”

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Não, tudo...

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Então se o senhor quer ser deselegante, eu sei ser muito.

O SR. ESTEVAM GALVÃO – DEM – Pela ordem.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Agora, essa Casa dificilmente está com tanta gente. Nós vamos atender as pessoas dessa forma?

O SR. ESTEVAM GALVÃO – DEM – Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Deputado Orlando Morando, eu estou há muito tempo aqui na Comissão e sempre realizamos grandes audiências públicas, e não é por falta de plenário que nós vamos deixar de realizar a audiência pública.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Eu gostaria de sugerir a suspensão e que mudássemos pra outro plenário, que...

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok.

O SR. ORLANDO MORANDO – PSDB – Nós vamos fazer metade num lugar...

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Deputado, o deputado Caruso tinha pedido o uso da palavra primeiro, Vossa Excelênciа concorda de suspender?

O SR. JORGE CARUSO – PMDB – Eu acho que já que nós vamos passar pra outro plenário...

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok.

O SR. JORGE CARUSO – PMDB – Acho que nada mais justo suspender até a mudança.

O SR. PRESIDENTE – MAURO BRAGATO – PSDB – Ok, está suspenso então por 20 minutos, para que possamos nos deslocar para o plenário Franco Montoro.

A AUDIÊNCIA – (Palmas.)

* * *

A sessão está suspensa por 20 minutos.

* * *